

O SAMBA NO MERCADO PÚBLICO DE PELOTAS COMO ELEMENTO DE DIREITO À CIDADE

*SAMBA IN THE PUBLIC MARKET OF PELOTAS AS AN ELEMENT OF RIGHT TO THE
CITY*

Joanna Munhoz Sevaio

Graduanda em Ciências Sociais/UFPel
jmsevaio@gmail.com

William Héctor Gómez Soto

Professor Doutor em Sociologia/UFPel
william.hector@gmail.com

RESUMO

Este artigo traz reflexões sociológicas acerca do samba na cidade de Pelotas/RS, sobretudo a partir de suas expressões no Mercado Público Municipal, nos eventos que ocorrem nos finais das tardes de sábado. Assim, é possível observar de que maneira tal expressão cultural relaciona-se com a dinâmica dos espaços urbanos e com a vida cotidiano dos sujeitos que os ocupam. O estudo está sendo desenvolvido no âmbito do Projeto de pesquisa "Sociologia e História em Henri Lefebvre", vinculado à Universidade Federal de Pelotas, cujo objetivo é lançar olhares sobre a cidade de Pelotas a partir dos pressupostos teóricos do referido sociólogo francês, bem como de outros autores que dialogam com sua obra. Harvey (2010) considera que os processos de reorganização dos espaços da cidade, como a recente revitalização do Mercado, dizem respeito aos interesses capitalistas de exclusão de certos sujeitos. No entanto, através de observações flutuantes, observou-se como a presença do samba no espaço do Mercado é o fator que desencadeia um cenário completamente distinto do usual: há pessoas dançando, cantando, bebendo cerveja, e uma vez que o samba historicamente tratou-se de "porta-voz de um grupo social que vive à margem geográfica e simbólica da "sociedade oficial"" (TROTТА, OLIVEIRA, 2015, p. 102), considera-se a hipótese, ainda em fase de investigação, de que tal evento é um fenômeno que se contrapõe à mercantilização dos espaços públicos e remete à ideia de direito à cidade proposta por Lefebvre.

Palavras-chave: Samba. Mercado Público. Cotidiano. Pelotas. Direito à cidade.

ABSTRACT/RESUMEN

This article brings sociological reflections about the samba in the city of Pelotas/RS, especially from its expressions in the Municipal Public Market, in the events that occur on the afternoons of Saturday. Thus, it is possible to observe how this cultural expression is related to the dynamics of urban spaces and to the daily life of the subjects that occupy them. The study is being developed as a part of the research Project "Sociology and History in Henri Lefebvre", linked to the Federal University of Pelotas, whose objective is observe the city of Pelotas from the theoretical assumptions of said French sociologist, as well as other authors who dialogue with his work. Harvey (2010) considers that the processes of reorganization of the spaces of the city, like the recent revitalization of the Market, concern the capitalist interests of exclusion of certain subjects. However, through floating observations, it was observed how the presence of samba in the market space is the factor that triggers a completely different scenario than usual: there are people dancing, singing, drinking beer, and since samba has historically has been the "a spokesperson for a social group that lives on the geographic and symbolic fringe of "official society" (TROTТА, OLIVEIRA, 2015, p.102) is considered the hypothesis, still in the research phase, that such an event is a phenomenon that opposes the commercialization of public spaces and refers to the idea of the right to the city proposed by Lefebvre.

Introdução

Na tessitura da cidade, a sociabilidade cotidiana é o eixo fundamental da realidade social vivida pelos sujeitos, que se encontram na condição de “produto-produtor” das relações sociais engendradas, como destaca Lefebvre (2006). Assim, admite-se que naquilo que parece vulgar e trivial estão entrelaçados os sentidos próprios de uma dada realidade social. Sobre isso, ancorado no pensamento de Lefebvre, Martins (2017) diz que “não ignorar a vida cotidiana é o ponto de partida para decifrar sociologicamente o possível” (MARTINS, 2017, p. 12)

O samba, no Brasil, aparece marcadamente como elemento da vida cotidiana de uma parcela da população, como “porta-voz de um grupo social que vive à margem geográfica e simbólica da sociedade “oficial”, funcionando como vetor de valorização dos habitantes dessas áreas e de suas práticas culturais” (TROTTA, OLIVEIRA, 2015. p. 102). A sociabilidade contida na experiência do samba remete àqueles que Martins (2017) chama de “homens simples”. E na sua construção e cristaliza-se enquanto experiência concreta compartilhada. É, portanto, essencialmente social e portadora de sentido coletivo. Conforme Marx,

O caráter social é, pois, o caráter geral de todo o movimento; assim como é a própria sociedade que produz o homem enquanto homem, assim também ela é produzida por ele. A atividade e o gozo também são sociais, tanto em seu modo de existência, como em seu conteúdo; atividade social e gozo social (MARX, Karl, 1999, p. 37)

Pode-se ainda depreender, de tal trecho, que o homem é concomitante parte construtora e constituinte de suas atividades sociais, em que se incluem a música, a arte e as manifestações culturais em geral. É preciso, pois, ter em mente que a História é escrita e reescrita a partir das narrativas que encontram no cotidiano dos sujeitos o palco principal.

Nessa lógica, observar o cotidiano na cidade de Pelotas é o intuito principal do Projeto de pesquisa “Sociologia e História em Henri Lefebvre”, vinculado ao Departamento de Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas, e do qual decorre este estudo. As premissas teóricas básicas partem dos escritos do sociólogo francês Henri Lefebvre, assim como de outros autores que dialogam com sua obra.

Mais especificamente, este estudo lança-se à tarefa de compreensão de como o cenário cotidiano do Mercado Público de Pelotas transforma-se quando, aos sábados, o samba invade

aquele espaço e insere um tipo de sociabilidade diferente do usual. A escolha do Mercado Público como local observado justifica-se justamente por sua centralidade no desenho urbano de Pelotas, bem como no cotidiano dos sujeitos que o frequentam.

Para tanto, o desenvolvimento da análise abarca, em um plano geral, três partes fundamentais: primeiro, fez-se considerações acerca do processo de produção do espaço urbano da cidade de Pelotas, enfatizando o Mercado Público Municipal como elemento protagonista de tal processo; depois, explanou-se brevemente sobre as origens do samba, para então examinar o evento “samba no mercado” a partir das impressões decorrentes de observações flutuantes; por último, foi exposta a hipótese de como a dinâmica do fenômeno investigado interfere no uso cotidiano dos espaços públicos pelos sujeitos que os ocupam. Antes, no entanto, é preciso elencar, de forma introdutória, os elementos teóricos principais que fundamentam a construção desta investigação.

Como ofício típico do cientista social, é preciso estar atento aos fenômenos da realidade social estando munido de sólidos pressupostos teóricos, tal como propõe Peirano (2008), para a qual nas investigações sociais a teoria está em ação, emaranhada nas evidências empíricas e nos nossos dados, e estabelecendo assim um diálogo íntimo com as observações do pesquisador. Dessa maneira, o caminho teoria-realidade-teoria é percorrido para a construção de conhecimento sobre dado fenômeno social.

A cidade surge no horizonte investigativo da sociologia em meados do século XIX, a partir da obra de Georg Simmel. Sob o ponto de vista de Simmel (1967), a metrópole engendra interações calculistas, pontuais, exatas, nas quais o mundo pode transformar-se em um problema aritmético. Com isso, o dinheiro funciona como um nivelador, um denominador comum que determina relações sociais mensuráveis. Seguindo essa lógica, a produção presente na metrópole é voltada estritamente para o mercado, assinalando, dessa forma, uma relação impessoal entre compradores e vendedores. No entanto, é a partir de Lefebvre que também o espaço urbano passa a ser entendido como construção social, portanto, diretamente relacionado com uma mentalidade guiada por impulsos mercantis. De acordo com o autor, “A luta de classes, hoje, mais do que nunca, se lê no espaço”. (LEFEBVRE, 2013, p. 68). Assim, compreende-se que os elementos necessários à reprodução do capital estão presentes também na organização e na produção do espaço urbano, assim como no uso que os sujeitos fazem deles a partir de suas vivências.

Em sua seminal obra *O direito à cidade* (2001) – publicado na França no emblemático ano de 1968 - Lefebvre tece significativas reflexões sobre os sentidos da cidade e da experiência urbana. Ele ressalta o fato de que a cidade não é uma invenção da modernidade, e que não é, portanto, algo tipicamente capitalista. Ele indica, porém, que desde o processo de industrialização têm sido impressas características às cidades que rompem com a plenitude de seu significado. Para ele, uma especificidade que define a cidade é a primazia do valor de uso em detrimento do valor de troca, relação que tem sido invertida progressivamente desde que as máquinas passaram a organizar o processo produtivo. O pensamento de Harvey (2012) corrobora com tal perspectiva, pois, para o autor, o regime de acumulação flexível do capital implementa a condição de cidade-mercadoria, em que as prerrogativas da experiência urbana são dominadas pela dimensão do consumo.

Lefebvre levanta a tese de que “O modo de produção organiza – produz – ao mesmo tempo que certas relações sociais, seu espaço (e seu tempo) ” (LEFEBVRE, 2006, p. 8). Dessa maneira, na vigência do modo capitalista de produzir cidade, há evidências de uma racionalidade segregadora, que exprime as contradições essenciais ao sistema. De modo a estabelecer um ponto de conexão entre a cidade, o cotidiano e o samba, é preciso frisar que o ritmo surgiu na virada do século XX como fruto dos subúrbios cariocas, portanto, como prática que revelava o cotidiano dos excluídos do Império e da jovem República, quando o Rio de Janeiro ainda era a capital do país, como ressaltam Trotta e Oliveira (2015). Posto isso, é evidente a conexão entre o modo de organizar a cidade e a produção e reprodução de práticas artísticas e culturais na sociabilidade cotidiana. Entende-se, então, o samba como produto histórico-social de homens e mulheres condicionados à segregação espacial na cidade, assim “O samba é, portanto, produto do proletariado carioca com predominância negra, dentro de um quadro social em que a segregação era econômica, e não racial” (BRAZ, 2013, p.156)

O capitalismo impõe à cidade uma morfologia excludente, processo no qual algumas parcelas da população têm sido sistematicamente colocadas fora do âmbito das experiências tipicamente citadinas, assim, o pleno gozo da cidade está “extremamente confinado, restrito na maioria dos casos à pequena elite política e econômica, que está em posição de moldar as cidades cada vez mais ao seu gosto” (HARVEY, 2012, p. 87). Para melhor entender esse processo, recorre-se à distinção conceitual entre *habitat* e *habitar* proposta por Lefebvre (2001). Para o autor, o primeiro reduz o ser humano à condição da sobrevivência, tendo como parâmetros as mais

elementares atividades humanas, tais como comer, dormir e reproduzir. Já a noção de *habitar* tem um sentido mais amplo, em que a apropriação do espaço ganha contornos de experiências substantivas. Ainda conforme a perspectiva lefebvriana, na cidade edificada pelo capital, em que o valor de troca é enaltecido, perde-se a noção de totalidade e a experiência urbana passa a ser fragmentada, havendo a imposição do *habitat* para grande parte das pessoas.

Na contramão desse estado das coisas, Lefebvre reivindica a noção de direito à cidade, cujo motor é a vivência plena do urbano:

(...) o *direito à cidade* (não à cidade arcaica mas à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o *uso* pleno e inteiro desses momentos e locais etc.). A proclamação e a realização da vida urbana como reino do uso (da troca e do encontro separados do valor de troca) exigem o domínio do econômico (do valor de troca, do mercado e da mercadoria) (LEFEBVRE, 2001, p. 139)

A ideia de direito à cidade restitui, então, a cidade como obra criativa e coletiva dos sujeitos, em cuja essência está um modo de vivência urbana que remete à celebração do trivial e do simbólico. A arte é, para Lefebvre, um elemento fundamental nesse tipo de relação com o espaço social, assim como os espaços públicos, ruas e monumentos. Nesse sentido, o uso compartilhado, portanto, coletivo do espaço urbano transcende a esfera do privado, do domicílio, e assume seu caráter devidamente público. As ruas, assim, ganham um sentido substancial para as expressões artísticas e culturais de um povo, pois deixam de ser um mero local de passagem para tornarem-se um local de sociabilidades mais perenes.

O urbano é, dessa forma, um exercício intensamente integrativo e não excludente, pois a rotina na cidade passa a ser movida por encontros, trocas e imprevisibilidade, em desacordo com a racionalidade tipicamente industrial. Nesse sentido, a esfera pública volta a fazer sentido como espaço essencialmente político, tal como concebido pelos gregos. É importante ressaltar que “(...) é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização” (HARVEY, 2012, p. 74). Assim, quando nos referimos ao direito à cidade, estamos falando de um projeto de cidade que considera a dimensão do coletivo como primordial nas escolhas de como guiar a ocupação dos espaços.

Um olhar sobre o Mercado Público de Pelotas: entre o passado e o presente

Localizado em um dos pontos mais centrais de Pelotas, o Mercado Público Municipal tem a notoriedade de ser um dos principais edifícios que estampam os cartões-postais da cidade. O prédio, que começou a ser construído em 1848, foi tombado somente em 1985, sob decreto do então prefeito Bernardo Olavo Gomes de Souza. Para cumprir o objetivo de compreender como o funcionamento do Mercado e os usos que seus frequentadores fazem dele relacionam-se com a dinâmica cotidiana da cidade de Pelotas é preciso, antes, lançar um olhar sobre o passado e o presente desse prédio, bem como tratar historicamente da produção do espaço urbano da cidade sul-riograndense.

O município de Pelotas, hoje um dos principais do estado do Rio Grande Sul, ascendeu de vila à cidade em 1835. (SANTOS, 2007). Santos (2012), no entanto, salienta também que o processo de produção do espaço urbano pelotense teve seu apogeu entre os anos de 1870 e 1931. A partir disso, consolidou-se o traçado reticulado das ruas, que remetia ao padrão de modernidade importado da Europa, onde os espaços públicos destinados à contemplação iam à guisa do *flanêur benjaminiano*¹. Assim, os loteamentos das quadras não edificadas foram, ao longo do século XIX, sendo transformados em praças públicas, onde as flores e árvores demarcavam os espaços em que a elite pelotense podia se encontrar.

É importante destacar que tais empreendimentos de planejamento urbano foram exitosos devido ao desenvolvimento econômico da região, que ocupava lugar de notoriedade na economia meridional em decorrência das atividades charqueadoras. Compreende-se que “O período compreendido entre os anos de 1860 e 1890 é definido como de apogeu da produção do charque pelotense” (MAGALHÃES, 1995 apud SANTOS, 2012). Dessa maneira, o centro da cidade lembrava a influência europeia na formação cultural dos grandes proprietários de terra e de seus filhos, estabelecendo, de certa forma, “um simulacro de *Belle Époque* que florescia em Pelotas às vésperas da 1ª Guerra Mundial” (BRUNO, 2010, p. 28).

A história da formação urbana de Pelotas confunde-se, portanto, com as experiências de urbanização mimetizadas da Europa, o que, paradoxalmente, expressa as peculiaridades de

¹ A leitura que Walter Benjamin (2000) faz da obra do poeta Charles Baudelaire indica a existência, nas ruas de Paris, da figura do *flanêur*: um observador apaixonado da cidade, que tem nas ruas e galerias a sua morada, um sujeito capaz de viver e compreender a dinâmica urbana.

um processo de produção do espaço urbano que combinou a exploração da mão-de-obra escrava com o discurso da modernidade ascendente.

Entre as datas de 1870 e 1931, influências francesas se incorporaram à mentalidade e à ideologia republicana da sociedade burguesa e moderna pelotense, e se materializaram na organização e construção do espaço urbano da cidade e nos elementos funcionais e ornamentais das caixas murais dos edifícios erguidos durante o período, signos de desenvolvimento e do progresso alcançado pela localidade. Essas peculiaridades se manifestaram nas denominações de algumas ruas, na importação dos chafarizes em ferro fundido, no ajardinamento dos logradouros públicos transformados em praças, na presença de construtores originados da França, nas composições dos frontispícios dos prédios edificadas.

Na mesma lógica, o Mercado Público de Pelotas insere-se no processo de proliferação – à exemplo, mais uma vez, do que acontecia em Paris – de mercados públicos nas economias capitalistas, sejam as mais avançadas, ou ainda em processo de desenvolvimento, cuja motivação era justamente dar ares de modernidade aos espaços urbanos que iam se constituindo. A razão por trás da construção dessa tipologia de edifício era manter sob controle, sobretudo do Estado, a comercialização de produtos, assim institucionalizando um tipo de prática já recorrente “encontramos os mercados públicos como espaços de troca sempre presentes nos agrupamentos urbanos, desde os tempos mais remotos” (PINTAUDI, 2017, p. 171). A retenção das atividades de comércio no interior de prédios construídos para tal fim atende, no entanto, à necessidade de fiscalização e de controle por parte do Estado positivista em consolidação. Admite-se, então, que o Estado exerce papel fundamental como promotor do modelo de organização política, econômica e espacial que se cristalizava.

Posto isso, a origem do Mercado Público de Pelotas remonta à adequação a um discurso de modernidade e ao controle das atividades urbanas. A construção, finalizada em 1850, aconteceu após longo processo licitatório, em que se desenrolaram os processos de escolha do local para a edificação e também do projeto arquitetônico mais adequado às demandas do Mercado e das autoridades competentes. Por fim, chegou-se à execução de um projeto que conta com um edifício de 4.084m², somado a 3.853m² de área livre circundante imediata. (BRUNO, 2010)

Carrasco (2017) lembra que na passagem para o século XX tanto as estâncias de charque, quanto o sistema escravocrata que as sustentavam começam a entrar em decadência. Assim, foi possível o estabelecimento de formas embrionárias de relações especificamente

capitalistas, a partir das quais formou-se um novo modo de articulação entre terra, capital e trabalho. Nesse processo, a nascente classe trabalhadora manteve-se presa aos interesses da elite proprietária, o que culminou na sua inserção precária na modernidade urbana. Observa-se, então, que a congruência entre o sistema econômico em vigência e o espaço social por ele produzido demonstra a:

(...) consagração da forma-mercadoria como relação social dominante entre os homens, e entre esses e o espaço urbano, o processo de reprodução das relações sociais de produção se desenvolve a partir da manutenção, superação e produção de relações sociais que determinam as formas pelas quais o capitalismo e a sociabilidade dele derivada se transformam, ao mesmo tempo em que realizam o seu conceito (LEFEBVRE, 1978 apud CARRASCO, 2017, p. 599)

Seguindo a lógica capitalista de produzir e reproduzir cidade, a estruturação urbana de Pelotas expressa um gradual afastamento de determinadas parcelas da população do centro da cidade, assim estabelecendo um controle mais rígido e eficaz sobre quais sujeitos tinham direito de acesso àqueles espaços. Em relação ao Mercado Público, as subseqüentes mudanças nas formas de acesso ao local agiram no sentido afastar a “clientela tradicional das bancas do Mercado, vinda sobretudo dos bairros Fragata, e da Zona Rural do município” (BRUNO, 2010, p. 33). Compreende-se, dessa maneira, como parte da sociabilidade cotidiana de certos sujeitos está contida nos bairros e condicionada à regência do capital e da ocupação precária dos espaços urbanos.

A convivência, na extensão periférica de Pelotas, entre especulação imobiliária e urbanização precária, passou a fazer parte do cotidiano da cidade, explicitando os termos a partir dos quais foram definidas as relações — sociais, políticas, econômicas, culturais — entre centro e periferia ao longo da história da formação e consolidação desses territórios no município. (CARRASCO, 2017, p. 609)

A centralidade que o Mercado Público de Pelotas ocupa no tecido urbano está, portanto, no exato oposto da precariedade das habitações e ocupações periféricas do espaço urbano, expressando “a consagração do consenso em torno de ideais de limpeza, higiene, salubridade e beleza, devidamente absorvidos pela sociedade pelotense nos termos propostos por Schwartz (2006) ” (CARRASCO, 2017, p. 9). Dessa forma, desde a edificação do Mercado houve uma série de transformações no entorno e no interior do prédio que têm como consequência comum, em diferentes graus e proporções, a remoção das figuras que o “sufocam” esteticamente: camelôs, prostitutas, o terminal de bondes. Há, portanto, gradativos processos que se assemelham ao da reforma de 1911, em que as novas configurações executadas “(...) literalmente “encastelam” o novo e esquadrinhado interior da construção, ao

qual passa-se a acessar através de portais centralizados nas fachadas, desviados do fluxo natural das ruas adjacentes” (BRUNO, 2010, p. 31)

Na mais recente revitalização do Mercado, que voltou a funcionar em 2012, foram também utilizados dispositivos que sumariamente vão dando àquele espaço uma aparência elitizada, intensificando o processo de afastamento dos sujeitos “indesejados”. No lugar de gêneros alimentícios *in natura* – típicos de mercados públicos em geral – há bares, docerias, lojas de *souvenirs*. Xavier (2016) destaca que desde a revitalização há um rígido controle sobre a maneira de disposição das mercadorias, o que ao estabelecer padrões estéticos desconsidera particularidades locais e culturais. Esse processo pode ser explicado pela necessidade de adequação a um modo de consumir hegemônico, controlado por grandes redes varejistas “o supermercado, fruto do capital acumulado pelos países ricos nas primeiras décadas do pós-guerra, constitui-se numa forma de concentrar as redes de produção, distribuição e venda de alimentos nas mãos de poucas corporações privadas” (BRUNO, 2010, p. 30)

Sobre isso, Harvey (2010) é enfático ao considerar que os processos de reorganização dos espaços da cidade, sobretudo os centrais, diz respeito à atração de capital e, portanto, incentiva a presença de pessoas de alto poder aquisitivo, pois “A produção do espaço, assim como a produção de qualquer mercadoria, somente se realiza quando apresenta a possibilidade de acumulação de capital” (CARRASCO, 2017, p. 599) Observa-se, então, o incremento do capital financeiro como regulador do espaço urbano, atuando no sentido de ressignificar o uso do público, que ganha ares de espaço privado, uma vez que torna-se restrito a uma classe.

É válido ainda novamente frisar o papel fundamental do Estado na promoção das supracitadas políticas de higienização e de afastamento da população dos centros históricos. Xavier (2016) lembra, nesse sentido, que a requalificação do prédio do Mercado Público de Pelotas contou com recursos do Ministério da Cultura e do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional – IPHAN (BRASIL, 2012)

De acordo com o exposto, pode-se inferir que o Mercado Público de Pelotas, em sua forma atual de funcionamento, orienta-se pela lógica de mercantilização da cidade apontada por Harvey (2010). Tal processo representa, em linhas gerais, a negação do direito à cidade,

uma vez que segmenta quais sujeitos têm acesso àquele espaço, efetuando uma certa seleção do tipo de frequentador e marcando experiências urbanas fragmentadas.

Contudo, é necessário considerar que o processo que faz da cidade um grande negócio concentrado nas mãos de bancos e empresas não é algo estático, mas sim que engendra nas suas próprias contradições os caminhos que levam à sua superação. É possível, pois, pensar em um outro projeto de cidade, estabelecendo possibilidades de vivências e sociabilidades para além daquelas impostas pelas taxas de lucro, pois “Todos, somos, de um jeito ou de outro, arquitetos de nossos futuros urbanos. O direito à mudança da cidade não é um direito abstrato, mas sim um direito inerente às nossas práticas diárias, quer estejamos cientes quer não” (HARVEY, 2009, p. 13)

O samba – das origens às expressões no Mercado Público de Pelotas

O samba surge, na virada do século XX, como fruto dos subúrbios cariocas, portanto, como prática que revelava o cotidiano dos excluídos do Império e da jovem República, quando o Rio de Janeiro ainda era a capital do país. No entanto, o que aqui interessa é que como expressão cultural de forte apelo popular, o samba é, nas suas variadas vertentes, o ritmo que se disseminou como aquele que pretensamente mais representa o *ethos* brasileiro e da classe trabalhadora em formação, predominantemente negra. A perspectiva adotada ancora-se no pensamento de Raymond Williams (1979), para quem a produção cultural está intrinsecamente relacionada às condições concretas e materiais de vida da classe a quem pertence. Assim, a arte é significativa do ponto de vista de um modo de vida.

A despeito das fronteiras e dos limites estruturais demarcados pela chamada questão cultural no país as contradições de classe que marcam a ‘questão social’ no Brasil, especialmente entre as camadas mais baixas da classe trabalhadora em formação no país na entrada do século XX, tiveram no samba uma intensa e significativa forma de expressão sociocultural dos interesses sociais dos ‘de baixo’” (BRAZ, 2013 p.80).

O cotidiano dos subúrbios cariocas – nos quais se cruzam as categorias classe e raça - materializa-se na sonoridade e nas letras dos sambistas, “seu repertório narra o universo popular através de uma perspectiva francamente otimista, enaltecendo lugares, vínculos comunitários e ideias relacionadas a um modo de vida própria” (TROTТА, OLIVEIRA, 2015, p. 102). Observa-se, portanto, que no samba está contido uma narrativa sobre a experiência

urbana dos sujeitos que se envolvem no processo criativo. Para Sodré, o samba como prática cultural tratou-se de “um instrumento efetivo de luta para a afirmação da etnia negra no quadro da vida urbana brasileira” (SODRÉ, 1998, p. 16 apud VIEIRA, 2010, p. 7)

Assim como no Rio de Janeiro, da sociabilidade das periferias pelotenses floresceu o samba. O traçado urbano de Pelotas, como já exposto, foi marcado por modos precários de habitação, em que o cortiço aparece como tipologia de habitação predominante para os escravos remanescentes e para a classe trabalhadora em formação até fins do século XIX. Carrasco (2017) ressalta que o mercado imobiliário, sob controle dos setores rentistas, passou a controlar os modos de habitação, desde o século XX até hoje.

As vigências de tais políticas de higienização da cidade apontam para perfil de pessoa “indesejada” A tese levantada é a de que a riqueza cultural do samba constrói-se na relação que tais sujeitos estabelecem com os espaços por eles ocupados. Aqui, volta-se à ideia de “sociabilidade do homem simples” proposta por Martins (2017), para quem a compreensão da realidade social torna-se desafiadora e pertinente quando trata do homem que fora divorciado de si e da consciência de sua condição histórica.

É nos limites, nos extremos, na periferia da realidade social que a indagação sociológica se torna fecunda, quando fica evidente que a explicação do todo concreto é incompleta e pobre se não passa pela mediação do insignificante. È nesses momentos e situações de protagonismo oculto e mutilado dos simples, das pessoas comuns, dos que foram postos à margem da História, do homem sem qualidade que a sociedade propõe ao sociólogo suas indagações mais complexas, seus problemas mais ricos, sua diversidade teoricamente mais desafiadora. (MARTINS, 2017, p. 11-12)

Desde 2014, aos sábados podem ser ouvidas batucadas no interior do Mercado Público de Pelotas. O pátio interno ganha componentes completamente distintos daqueles que podem ser visualizados durante a semana: há pessoas dançando, cantando, bebendo cerveja. O samba, a paixão nacional, é o fator que catalisa todo esse cenário. Assim sendo, o samba do mercado, enquanto fator de interação social, emerge no cotidiano daqueles sujeitos que, à sua maneira, ocupam a cidade. A transformação do Mercado e do modo como é produzida ali a sociabilidade são aparentes. Uma rápida observação do evento dá indícios de que os sujeitos ali presentes atribuem sentidos àquela experiência que transcendem a dimensão do consumo.

O *modus operandi* da construção de conhecimento sociológico, tal como adotado neste trabalho, remete à ideia de artesanato intelectual proposta por Wright Mills. Na obra *Sobre o Artesanato Intelectual e Outros Ensaios* (2009), o autor abre um campo de reflexão sobre o

fazer sociológico que considera a conexão com o vivencial, opondo-se à sociologia de caráter positivista e mecânico. O cientista social ao adotar tal postura, tal como um artesão, coloca-se na tarefa de testar, manejar e construir meios de investigação que levem à consecução de seu objetivo, assim “o artesanato intelectual envolve a invenção de técnicas de pesquisa e de abordagem ajustadas à natureza do tema e do objeto” (MARTINS, 2014, p. 28)

Sob essa ótica, a maneira mais produtora de compreender como o tipo de sociabilidade ligada ao samba transforma o uso público do Mercado parece ser a observação participante, justamente porque coloca em perspectiva o modo de vida, de criar arte e dar sentido às experiências próprias dos sujeitos observados. Dessa forma, penetram-se mutuamente teoria e realidade concreta, uma vez que “(...) a etnografia não é apenas um método, mas uma forma de ver e ouvir, uma maneira de interpretar, uma perspectiva analítica, a própria teoria em ação” (PEIRANO, 2008, p. 4).

Assim, dispondo de uma caderneta e de um punhado pressupostos teóricos – já expostos anteriormente – a investigação de caráter exploratório realizou-se por meio de um tipo peculiar de observação participante, em que não há contato com interlocutores específicos, mas sim com um plano geral do objeto investigado, o que se denomina observação flutuantes e que:

(...) consiste em permanecer vago e disponível em toda a circunstância, em não mobilizar a atenção sobre um objeto preciso, mas em deixá-la flutuar de modo que as informações o penetrem sem filtro, sem a priori, até o momento em que pontos de referência, de convergências apareçam, e nós chegamos, então, a descobrir as regras subjacentes (PÉTONNET, 2009, p. 102)

As linhas que seguem tratam de sintetizar as impressões de campo da autora, que observou o evento do samba no mercado durante dois sábados consecutivos do mês de dezembro do ano de 2018. Ademais, as percepções acerca da dinâmica de funcionamento do Mercado durante a semana são fruto de observações regulares.

Todos os dias, sobretudo a partir do entardecer, os bares e restaurantes da área externa do Mercado Público de Pelotas estão cheios de pessoas socializando e, na maioria das vezes, consumindo cerveja. Um ponto em comum à maioria desses estabelecimentos é que os sujeitos frequentadores costumam ficar sentados durante o tempo em que lá permanecem,

mesmo quando há música. Dessa maneira, a interação restringe-se a um pequeno grupo de pessoas que conversam entre si. Na área interna, as docerias, cafés e outras lojas parecem atrair um público que mais transita do que permanece naquele espaço. A permanência, nesse caso, é também passageira, uma vez que não dura mais do que uma breve refeição, xícara de café, ou compra de um determinado produto. Observa-se que a relação situa-se na esfera do consumo

De segunda à sexta, as situações descritas repetem-se sem muitas alterações. Contudo, a partir das 18 horas dos sábados configura-se outro tipo de relação com o espaço interno do Mercado. Os instrumentos e magia do samba parecem ter o poder de tornar o lugar mais receptivo e menos asséptico. Ali, as relações entre os sujeitos, o espaço e a música unificam-se, como se fizessem parte de um todo compartilhado. Há, entre os frequentadores, casais de todas as idades, bem como solteiros à procura de um par, ou simplesmente de diversão. Assim como na área externa, as pessoas consomem cerveja e os bares lucram com isso. No entanto, as reações decorrentes dessa experiência transparecem maior efusividade. As pessoas dançam, conversam, ficam em pé, interagem com o espaço e com os outros grupos de pessoas. Há, portanto, trocas, encontros, desencontros e, de certa forma, é possível notar um sentimento de pertencimento coletivo.

O samba, aos sábados, preenche o Mercado: seja de gente ou de experiências coletivas. Observou-se que o lugar durante os eventos passou a ser ocupado de forma mais duradoura, o que aparentemente explica-se pelo fato de que faz as pessoas frequentarem esse tipo de espaço/evento não é o mero consumo de cerveja ou o encontro casual com amigos, companheiros, familiares, mas sim um fenômeno de raízes mais profundas, e que remete à celebração de uma certa materialização do cotidiano através da música.

As impressões expostas trazem à tona as práticas de resistência política e cultural frente às políticas excludentes dos processos de revitalização dos centros históricos e do processo de produção do espaço urbano de Pelotas em geral. As práticas relacionadas à sociabilidade transgressora são, por sua vez, protagonizadas por sujeitos que têm sido deliberadamente postos às margens dos processos histórico-sociais que são disseminados como oficiais. Posto isso, é possível reconhecer que existem narrativas sobre a cidade em disputa. Quem produz a cidade, afinal? A quem ela pertence? Assim, a mesma Pelotas reconhecida por seus casarões centrais à europeia, por seus teatros majestosos e por suas

charqueadas é a Pelotas do samba, da precariedade e das formas urbanas derivadas das contradições essencialmente capitalistas.

Sambar, ocupar e pertencer à cidade

Ainda vão me matar numa rua.
Quando descobrirem,
principalmente,
que faço parte dessa gente
que pensa que a rua
é a principal parte da cidade.

(LEMINSKI, 2013, p. 25)

Tal como indica Leminski (2013) em sua poesia, é na rua onde estão os elementos mais fascinantes e essenciais da vida urbana, os encontros, o compartilhar do espaço público, e, sobretudo, a resistência a um modo de ser/estar na cidade imposta pela lógica do capital. As práticas sociais que se afirmam como práticas coletivas, dessa maneira, estão presentes no jogo em que se colocam produção e reprodução dos sentidos de cidade. Entende-se aqui que o uso do espaço, em sua acepção mais plena, é capaz também de produzir matizes de experiências cujo sentido é superar os estados das coisas, assim, o espaço como construção social é passível de mudanças, “Ele se dialetiza: produto-produtor, suporte das relações econômicas e sociais” (LEFEBVRE, 2013 p. 125). Assim, no desenrolar dialético da dinâmica urbana, os sujeitos citadinos são os atores responsáveis pelo processo histórico que serve de parâmetro para a produção e reprodução das relações sociais que se dão no espaço, condicionadas também pelo regime de acumulação e de reprodução do capital.

A dimensão cotidiana da vida social contém tais elementos que revelam como produzimos a sociedade em que vivemos, expressando a relevância sociológica daquilo que se repete no dia-a-dia. A compreensão da concretude das práticas culturais como o samba é um eixo fundamental, portanto, para entendermos a incidência de estilos de vida particulares,

articulados por meio de significados e valores comuns, que são expressos no comportamento do que parece ser ordinário. Williams (1979) chama de isso de “materialismo cultural”. O cientista social, ocupado de observar o padrão comportamental que permeia as vivências dos sujeitos que investiga reflete acerca do que é supostamente óbvio, uma vez que cotidiano.

(...) se precisa desse tipo de gente – os cientistas – para ir tirando os véus, desvendando, a fim de revelar a obviedade do óbvio. O ruim desse procedimento é que parece ser um jogo sem fim. De fato, só conseguimos desmascarar uma obviedade para descobrir outras, mais óbvias ainda. (RIBEIRO, 1978, p.9 apud PINTAUDI, 2017, p. 170)

No exercício de revelar o óbvio, o cientista social coloca-se no terreno da totalidade e das chaves de interpretação da realidade social, colocando como primordiais as narrativas do homem divorciado de si, tal como indica Martins (2017) Em se tratando de estudos sobre as maneiras de ocupação do urbano, a iniciativa é de “(...) não somente caracterizar o espaço onde vivemos e sua gênese, mas encontrar a gênese da sociedade atual, através e pelo espaço produzido” (LEFEBVRE, 2013, p. 127). Dessa maneira, é mister observar a cidade sob uma ótica que considera o direito à cidade como um direito fundamental da experiência humana em sua plenitude. O objetivo, portanto, é estimular reflexões que deem relevo ao cotidiano, portanto, sobre a cidade, sobre o todo, sobre a História. Nesse sentido, habitar a cidade é, estabelecer conexões e práticas ligadas ao prazer, ao lúdico e ao artístico. O samba, por isso, é considerado aqui como um elemento cultural que vai de encontro a esse tipo de experiência.

À classe trabalhadora impôs-se sob o condicionamento histórico do capital uma condição de ocupar precariamente a cidade. As manifestações culturais oriundas desse tipo de experiência precária surgem, de certa forma, no perímetro de moradia de seus produtores/praticantes. O samba surge, inicialmente, como fruto da sociabilidade da classe trabalhadora carioca, mas que sugere a possibilidade de repetir-se juntamente com o padrão típico da forma como efetivou-se a urbanização nas cidades brasileiras.

A noção carioca de subúrbio como espaço periférico, formado por bairros e comunidades de menor valor imobiliário e com habitantes de menor poder aquisitivo (ainda que isso seja uma simplificação) pode ser transportada para qualquer cidade, permitindo o surgimento de um samba contemporâneo que é apropriado por todo o país. (TROTA, OLIVEIRA, 2015, p. 105)

Entendido a partir da relação que estabelece com a processo de produção do espaço urbano e do tipo de relação com o condicionamento histórico das estruturas econômicas e

sociais vigentes, o samba nada mais expressa do que uma “contestação classista à ordem, ora como conformismo e resignação, ora produção “meramente agradável”, por vezes arte plena, nacional-popular, universal-concreta, é marcada, inevitavelmente, pela “questão social” e pela “questão cultural” brasileira” (BOTELHO, 2014, p. 206). Destarte, o samba caracteriza-se por ser a marca cultural da contradição das condições de vida da população explorada. É, portanto, um produto cultural das condições materiais precárias.

Pelotas, posto isso, é uma cidade que se desenvolveu através de tensões permanentes entre centro e periferia, e, por conseguinte, da cultura proveniente desses dois espaços antagônicos. Conforme Carrasco (2017) os limites do perímetro possível de ser ocupado por moradias populares foram demarcados ainda no século XIX. O caso do Mercado Público e da deliberada expulsão, ao longo dos anos, dos sujeitos “indesejados” do seu entorno é um processo que comprova as contradições do espaço urbano de Pelotas. Observa-se, então que o tipo de sociabilidade ligada ao samba não se encaixa nas influências europeias que moldaram o centro. As práticas relacionadas ao samba – a roda, o copo de cerveja compartilhado, a exaltação do cotidiano periférico - por tratarem do universo simbólico dos “de baixo”. Sobre isso, pode-se dizer que:

De maneira nem sempre explícita, o samba tem sido desde então porta-voz de um grupo social que vive à margem geográfica e simbólica da sociedade “oficial”, funcionando como vetor de valorização dos habitantes dessas áreas e de suas práticas culturais. Majoritariamente formada por negros, os moradores de áreas periféricas da urbe encontraram no repertório do samba um manancial de ideias e pensamentos que processaram continuamente o pertencimento social e político desse amplo conjunto populacional. Canções e imaginários de valorização do “morro” produziram no repertório do samba um conjunto de ideias e narrativas sobre o estilo de vida “popular”, conferindo ao mesmo tempo uma valorização simbólica desses espaços e, em certos casos, crítica e tensionamento das condições de exclusão e segregação produzida pela hierarquia social. (TROTA, OLIVEIRA, 2015, p. 102-103)

Em constante diálogo com o pensamento de Lefebvre, Harvey (2009) enxerga as potencialidades de transformação existentes nas práticas cotidianas que combinam resistência a afirmação de pertencimento coletivo. “Como, em resumo, poderia o direito à cidade ser exercido pela mudança da vida urbana? A resposta de Lefebvre é simples em essência: através da mobilização social e da luta política/social” (HARVEY, 2009, p. 13). Ora, é justamente isso que foi observado durante os eventos de samba no Mercado. O perfil de frequentador que não é, historicamente, bem-vindo e a musicalidade advinda de suas experiências ocupam um espaço que não lhes é destinado. Ocupar aquele espaço torna-se,

então, um instrumento político de reivindicação de direito à cidade por parte daqueles sujeitos aos quais historicamente não têm sido permitido estar ali.

Para compreender tal linha de raciocínio é preciso ter em mente que embora sejam historicamente condicionados, os eixos que compõem o mosaico da vida urbana estão longe de serem estáticos. A esperança de um outro formato de vida urbana reside no rompimento e na criação. É preciso ainda retomar a ideia de que o direito à cidade não é o direito a transitar ou de frequentar determinados lugares, pois é um processo muito mais complexo. O direito à cidade é, antes de mais nada, uma experiência dotada de significado coletivo. Os homens, enquanto seres produtores de cultura, produzem também os caminhos de reprodução de suas práticas culturais, assim como as maneiras de incidir-las sobre o espaço social. Assim, entende-se que o “(...) direito ativo de fazer a cidade diferente, de formá-la mais de acordo com nossas necessidades coletivas (por assim dizer), definir uma maneira alternativa de simplesmente ser humano. Se nosso mundo urbano foi imaginado e feito, então ele pode ser re-imaginado e refeito” (HARVEY, 2009, p. 14)

É preciso ainda retomar Marx, ou a noção materialista de como o homem relaciona-se com o mundo que produz. O autor diz que “A consciência nunca pode ser mais que o ser consciente; e o ser dos homens é o seu processo de vida real” (MARX, ENGEL, 1998, p. 19). Posto isso, entende-se que a superação de quaisquer aspectos da ordem social vigente passa por experiências de natureza concreta. Nesse sentido, o ser humano realiza-se enquanto tal, ou seja, realiza a essência humana quando acessa experiências sociais, reais e concretas em sua totalidade. A cidade edificada e controlada pelo capital não admite experiências desse tipo, que alcancem de forma integrada as potencialidades ontológicas do ser social. É preciso, por isso, lançar olhares sobre as experiências que funcionem na contramão das imposições capitalistas. As observações do samba no Mercado atendem ao requisito de suscitar um tipo de experiência que é transgressora do ponto de vista do materialismo cultural ou do estabelecimento de um certo vínculo entre a cultura e as relações materiais da sociedade. De acordo com isso, o direito à cidade, como obra criativa e comunitária requer a supressão da mentalidade que exalta as liberdades individuais e demoniza o aquilo que é público, ou seja, a mercantilização do espaço público está no oposto da noção de que a cidade é um direito fundamental a todos. Harvey (2009) é veemente ao afirmar que “A criação de novos espaços urbanos comuns (commons), de uma esfera pública de participação democrática, requer um

desfazer da enorme onda privatizante que tem servido de mantra ao neoliberalismo destrutivo dos últimos anos” (HARVEY, 2009, p. 13)

Por fim, compreende-se que a marginalização – ou a fragmentação da vida social - é o fio condutor da produção do espaço urbano de Pelotas, em que o samba historicamente aparece como elemento cotidiano de sociabilidade nas zonas periféricas. Atualmente, no entanto, o samba tem invadido o centro de Pelotas aos sábados, ensejando um tipo de interação social que não é meramente norteado por razões comerciais, mas sim que se reporta a uma vivência coletiva e compartilhada da cidade. O cotidiano do espaço público partilhado ganha, dessa maneira, outros significados. Assim sendo, chega-se à noção de os eventos de samba no Mercado apresentam elementos que colocam as experiências urbanas dos sujeitos participantes na arena política do direito à cidade. A arte é, portanto, um elemento indispensável à transformação social.

Referências

BENJAMIN, Walter. Paris do Segundo Império. In: **Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo**. Obras escolhidas III. Brasiliense: São Paulo, 2000.

BOTELHO, Marcos. Samba, cultura e sociedade: sambistas e trabalhadores entre a “questão social” e a questão cultural no Brasil. **Revista Crítica Marxista**. São Paulo, n. 39, p. 205-207. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/resenha2015_11_09_16_4_4_4869.pdf>. Acesso em: 22/01/18

CARRASCO, André de Oliveira Torres. O processo de produção do espaço urbano da cidade de Pelotas: subsídios para uma reflexão sobre o desenvolvimento das relações de desigualdade entre centro e periferia. **Oculum Ensaios**, Campinas, n.14, v. 3, p. 595-611, setembro/dezembro 2017. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/oculum/article/view/3874>>. Acesso em: 22/01/18

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 19º Ed. Loyola: São Paulo, 2010.

_____. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, n.29, p.73-89, jul/dez. 2012. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18497>>. Acesso em: 22/01/18

_____. A liberdade da cidade. **Espaço e Tempo**. São Paulo, nº 26, pp. 09-17, 2009.
Disponível em: <www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/.../Geosp26/09-18-HARVEY,David.pdf>. Acesso em: 24/01/18

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Contexto: São Paulo, 2001.

_____. **La producción del espacio**. Capitán Swing: Madrid, 2013.

_____. Prefácio: A produção do espaço. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 27, n. 79, 2013, p. 123-132. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/68706>>. Acesso em: 24/01/18

LEMINSKI, Paulo. **Toda Poesia**. Companhia das Letras: São Paulo, 2013.

MARTINS, José de Souza. **A Sociabilidade do Homem Simples**. 3º ed. Contexto: São Paulo, 2017.

_____. **Uma sociologia da Vida Cotidiana**: ensaios na perspectiva de Florestan Fernandes, de Wright Mills e de Henri Lefebvre. Contexto: São Paulo, 2014.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**.: Martins Fontes: São Paulo, 1998.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos filosóficos**. Boitempo: São Paulo, 2016

MILLS, Charles Wright. **Sobre o Artesanato Intelectual e Outros Ensaios**. Zahar: Rio de Janeiro, 2009.

_____. **A imaginação sociológica**. 2º ed. : Zahar: Rio de Janeiro, 1969.

PINTAUDI, Silvana Maria. Mercados Públicos: vestígios de um lugar. In: CARLOS, Ana Fani Alessandrani; SOUZA Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. Contexto: São Paulo, 2017.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ha/v20n42/15.pdf>. Acesso em: 24/01/18

_____. A teoria vivida - Reflexões sobre a orientação em Antropologia. **ILHA**, Florianópolis, v.6, n.1 e n.2, p. 209-218, julho de 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/download/16679/15273>>. Acesso em: 24/01/18

PÉTONNET, Colette. Observação flutuante: o exemplo de um cemitério parisiense. **Antropolítica** (n. 25, 2º sem. 2008, n. 1, 2. sem. 1995). Niterói: EdUFF, 2009. Disponível em: <www.uff.br/antropolitica/revistasantropoliticas/revista_antropolitica_25.pdf>. Acesso em: 24/01/18

SANTOS, Carlos Alberto Ávila. Influências francesas na organização dos espaços verdes de Pelotas e nos edifícios da cidade: 1870-1931. **JURIS**, Rio Grande, ed. 17, 2012, p. 153-173. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Arte/article/viewFile/7827/5265>>. Acesso em: 22/01/18

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio (Org.). **O fenômeno urbano**. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 1967

TROTTA, F, C; OLIVEIRA, L, X. O subúrbio feliz do pagode carioca. **Intercom – RBCC**, São Paulo, v.38, n.2, jul./dez. 2015, p. 99-118. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S180958442015000200099&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 22/01/18.

VALLADARES, Lícia. Os dez mandamentos da observação participante. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**: São Paulo, v. 22, nº 63, fev. 2007, p. 153-155. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092007000100012>. Acesso em: 24/01/18

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Zahar: Rio de Janeiro, 1979.

XAVIER, Ana Estela Vaz. A revitalização do Mercado Público de Pelotas e sua ressignificação social. *RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*. (online) v. 02, ed. especial, dezembro, 2016, p. 72-89. Disponível em: <<http://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/355/186>>. Acesso em: 22/01/2018